

Brasileveículos Companhia de Seguros

CNPJ 01.356.570/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasileveículos Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer Atuarial e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A Companhia atua no segmento de seguros de automóveis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante		1.560.328	1.333.776
Disponível		32.150	5
Caixa e bancos	5	32.150	5
Equivalentes de caixa		12.458	12.957
Aplicações	6	468.807	433.735
Créditos das operações com seguros e resseguros		741.813	574.399
Operações com resseguradoras	8	741.796	574.392
Outros créditos operacionais		17	7
Títulos e créditos a receber		34.985	7.243
Títulos e créditos a receber	9	18.005	58.834
Títulos tributários e previdenciários	10	8.234	38.547
Outros créditos	26b	1.725	8.229
Outros valores e bens		132.092	142.093
Bens à venda	12	127.676	137.004
Outros valores		4.416	5.089
Despesas antecipadas		1.184	164
Custos de aquisição diferidos		118.834	104.346
Seguros	19	118.834	104.346
Ativo não circulante		1.249.568	1.220.902
Realizável a longo prazo		1.228.730	1.199.790
Aplicações	6	589.161	575.913
Créditos das operações com seguros e resseguros		7	-
Prêmios a receber	8	7	-
Títulos e créditos a receber		632.655	622.671
Créditos tributários e previdenciários	26b	140.361	163.213
Depósitos judiciais e fiscais	23	492.294	459.458
Justos de aquisição diferidos		6.907	1.206
Seguros	19	1.753	1.755
Participações societárias		411	269
Imóveis destinados a renda		1.329	1.473
Outros investimentos		13	13
Imobilizado		13	3.978
Bens móveis		2.203	786
Outras imobilizações		1.775	169
Intangível		14	15.107
Outros intangíveis		15.107	18.402
Total do ativo		2.809.896	2.554.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

No exercício de 2014 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 2.065,4 milhões e lucro líquido de R\$ 148,2 milhões, representando, respectivamente, incrementos de 13,9% e de 58,5% sobre os resultados do ano anterior.

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20 de janeiro, 30 de junho, 29 de agosto e 29 de dezembro de 2014 foram deliberados os pagamentos de dividendos no valor de R\$ 181,0 milhões. Em atendimento à Circular SUSEP 483/14, a Companhia declara, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 443,2 milhões, considerando ter capacidade

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		1.790.517	1.614.661
Contas a pagar		141.335	164.728
Obrigações a pagar	15a	64.044	68.633
Impostos e encargos sociais a recolher	15b	53.283	42.977
Encargos trabalhistas		3.991	3.578
Impostos e contribuições	16	4.927	6.660
Outras contas a pagar		15.090	42.883
Débitos de operações com seguros e resseguros		93.644	63.257
Prêmios a restituir		1.231	-
Operações com seguradoras		12	12
Corretores de seguros e resseguros	17	92.367	63.219
Outros débitos operacionais		34	26
Depósitos de terceiros		18	68.548
Provisões técnicas - seguros		19	1.486.990
Danos		1.486.602	1.343.581
Pessoas		388	2.092
Passivo não circulante		522.333	409.878
Contas a pagar		19	98.498
Provisões técnicas - seguros		19	98.320
Danos		98.320	11.054
Pessoas		178	23
Outros débitos		423.835	398.791
Provisões judiciais	23	423.835	398.791
Patrimônio líquido		24	497.046
Capital social		242.431	242.431
Reserva de capital		92.888	92.888
Reservas de lucros		162.046	194.806
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(319)	14

Total do passivo e patrimônio líquido	2.809.896	2.554.678
---------------------------------------	-----------	-----------

financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Prêmios emitidos	25b	2.065.385	1.813.935
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(173.223)	(12.899)
(=) Prêmios ganhos	25a	1.892.162	1.801.036
(+) Receita com emissão de apólices		2.640	(820)
(-) Sinistros ocorridos	25c	(1.182.299)	(1.134.021)
(-) Custos de aquisição	25d	(224.379)	(213.201)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(44.050)	(47.165)
(-) Despesas administrativas	25f	(266.419)	(269.140)
(-) Despesas com tributos	25g	(41.328)	(39.942)
(+) Resultado financeiro	25h	111.033	42.304
(+) Receitas financeiras		164.177	87.353
(-) Despesas financeiras		(53.144)	(45.049)
(+) Resultado patrimonial		18	88
(=) Resultado operacional	246.748	139.139	-
(+) Ganhos e perdas com ativos não correntes	8	-	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações	246.756	139.139	-
(-) Imposto de renda	26a	(57.695)	(28.245)
(-) Contribuição social	26a	(36.514)	(12.828)
(-) Participações sobre o resultado		61.333	80.814
(=) Lucro líquido do exercício	148.240	93.538	-
(/) Quantidade de ações		66.545.139	66.545.139
(=) Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		2,23	1,41

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	148.240	93.538
Outros resultados abrangentes	(333)	(7)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(555)	(11)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	222	4
Resultado abrangente do exercício	147.907	93.531
Atribuível aos acionistas	147.907	93.531
Controladores		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	148.240	93.538
Ajustes para:	190.220	851.545
Depreciação e amortizações	5.971	2.198
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.718	11.474
Variações das provisões técnicas	202.720	942.542
Custos de aquisição diferidos	(20.189)	(104.669)
Variação nas contas patrimoniais:	(56.178)	(856.583)
Aplicações	(48.320)	(640.435)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(169.139)	(585.053)
Créditos fiscais e previdenciários	29.356	(5.140)
Despesas antecipadas	(1.020)	2.078
Outros ativos	16.928	(113.764)
Depósitos judiciais e fiscais	(33.180)	(46.987)
Impostos e contribuições	61.333	80.814
Outras contas a pagar	(32.382)	93.311
Débitos de operações com seguros e resseguros	30.387	63.034
Depósitos de terceiros	27.545	40.993
Provisões técnicas - seguros e resseguros	26.018	213.327
Provisões judiciais	25.044	40.148
Outros passivos	10.712	991
Caixa gerado pelas operações	281.742	88.500
Imposto de renda sobre o lucro pago	(39.979)	(21.219)
Contribuição social sobre o lucro pago	(23.087)	(12.923)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	218.676	54.358
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	(333)	(7)
Recebimento pela venda de ativos	1.275	459
Investimentos	2	332
Imobilizado	1.185	127
Intangível	6.978	127
Adquirido pela compra:	(6.972)	(13.523)
Imobilizado	(5.024)	(122)
Intangível	(1.948)	(13.401)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(6.030)	(13.071)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(181.000)	(33.000)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(181.000)	(33.000)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	31.646	8.287
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.962	4.675
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	44.608	12.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Reserva Capital social	Reserva de capital legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial	Reserva de investimentos	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	242.431	92.888	35.742	71.524	27.002	71.524	21	-	469.608
Criação da Reserva de Investimentos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	(71.524)	-	71.524	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	93.538	93.538
Reserva legal	-	-	4.677	-	-	-	-	(4.677)	-
Distribuição do resultado:									
Dividendos pagos - AGE de 26 de junho de 2013	-	-	-	(27.002)	(5.998)	-	-	-	(33.000)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	88.861	-	-	(88.861)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	242.431	92.888	40.419	-	154.387	-	14	530.139	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(333)	-	(333)
Dividendos pagos - AGE de 20 de janeiro de 2014	-	-	-	-	(30.600)	-	-	-	(30.600)
Dividendos pagos - AGE de 30 de junho de 2014	-	-	-	-	(16.000)	-	-	-	(16.000)
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	(76.600)	-	-	-	(76.600)
Dividendos pagos - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	(22.593)	-	-	-	(22.593)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	148.240	148.240
Reserva legal	-	-	7.412	-	-	-	-	(7.412)	-
Proposta para distribuição do resultado:									
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	(35.207)	(35.207)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	105.621	-	-	(105.621)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	242.431	92.888	47.831	-	114.215	-	(319)	-	497.046

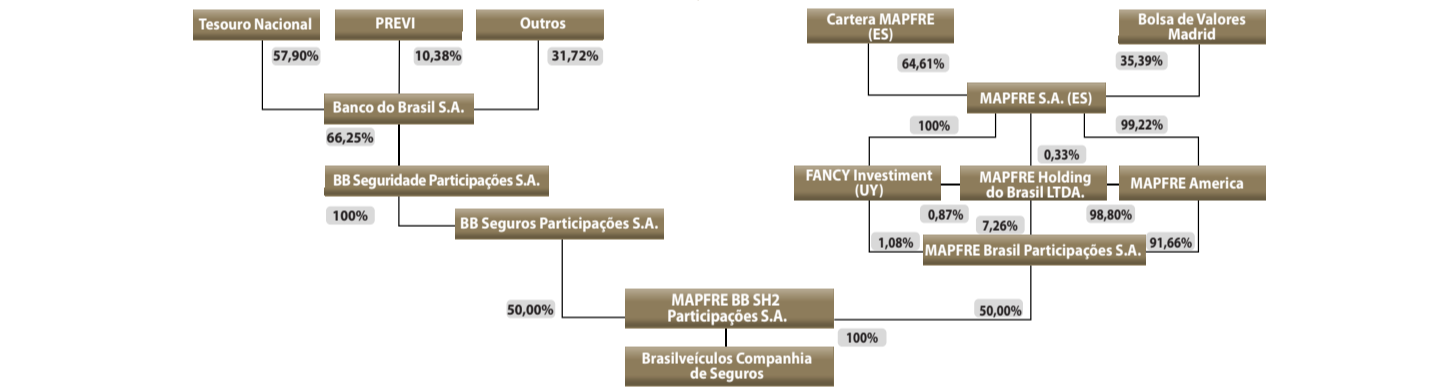
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasileveículos Companhia de Seguros (doravante designada "Brasileveículos" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros em 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: **a)** BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH1 é acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor

rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais *affinity*. **b)** MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH2 é acionista em companhias que desenvolvem atividades relacionadas a operações nos ramos de seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e **ii.** seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais *affinity*. Em 1º de janeiro 2013, a Brasileveículos incorporou a carteira de automóvel comercializada no canal bancário, que estava sendo administrada pela MAPFRE Seguros Gerais S.A. Conforme detalhamento na nota explicativa nº 29a. Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 483/14, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Nomenclatura Contábeis (CNC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2015. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.)** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.)** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 19, 31 e 3m - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 8 - Provisão de crédito de liquidação; • Notas 22 e 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26b - Ativos e passivos diferidos. **d) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e, dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment e hedge accounting* (incluindo *macro hedging*) o Comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma para 1º de janeiro de 2018. A Companhia também está avaliando os efeitos que o IFRS 15 (receita de contratos com clientes) vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma, nem determinou os efeitos da nova norma, nos relatórios financeiros atuais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saques em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a noventa dias e são risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. **b) Aplicações:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i.** ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **ii.** ativos financeiros mantidos até o vencimento e **iii.** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iv. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Região geográfica	2014		2013	
	Auto	%	Total	%
Centro-oeste	314.840	16%	314.840	16%
Nordeste	421.521	22%	421.521	22%
Norte	86.968	4%	86.968	4%
Sudeste	764.201	39%	764.201	39%
Sul	373.236	19%	373.236	19%
Subtotal	1.960.766	100%	1.960.766	100%

(*) As operações estão liquidadas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ 24.353 e R\$ 80.266 (R\$ 2.650 e R\$ 60.474 em 2013). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elencamos as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 11,50% nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	2014		2013	
	Sensibilidade	Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)	Sensibilidade	Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)
a. IBNR	Aumento	fatores de IBNR (8.373)	(5.812)	
b. Sinistralidade	Aumento	na sinistralidade (58.968)	(56.065)	

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes da inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber para os ramos de riscos a decorrer é considerada menor uma vez que a cobertura não é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com produto de característica massificado. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, no caso de rebatimento do rating a Administração avalia a manutenção da posição, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros (aplicações) - Rating	2014		2013	
	AAA	AA+	AA	A+
Títulos de renda fixa públicos (*)	818.595	-	-	-
Debêntures	-	50.924	11.787	10.461
Letras financeiras	18.886	-	54.733	-
Certificados de depósito bancário (CDB)	4.744	-	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	25.885	-	-	-
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)**	-	-	-	14.134
Notas promissórias	-	10.836	-	-
Outras aplicações	-	-	-	108
Total	868.110	61.760	66.520	10.461

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 4.591. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moodys*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de "Stress" como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados das análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de "Stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM - Asset Liability Management*), as entradas e os desembolsos futuros, com objetivo de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, identificar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

2014	de 1 a acima de			Total
	até 1 ano	5 anos	5 anos	
Ativo				
Disponível	32.150	-	-	32.150
Equivalentes de caixa	12.458	-	-	12.458
Aplicações (*)	191.464	561.382	219.764	972.610
Créditos das operações com seguros e resseguros	741.813	7	-	741.820
Outros créditos operacionais	34.985	-	-	34.985
Títulos e créditos a receber (**)	16.280	-	-	16.280
Outros valores e bens	132.092	-	-	132.092
Despesas antecipadas	1.184	-	-	1.184
Custos de aquisição diferidos	118.834	6.907	-	125.741
Outros ativos	108	-	-	108
Total ativo	1.281.368	568.296	219.764	2.069.428
Passivo				
Provisões técnicas (*)(**)	1.315.574	165.849	18.815	1.500.238
Contas a pagar	141.335	-	-	141.335
Débitos das operações com seguros e resseguros	93.644	-	-	93.644
Depósitos de terceiros	68.548	-	-	68.548
Total passivo	1.619.101	165.849	18.815	1.803.765

2013	de 1 a acima de			Total
	até 1 ano	5 anos	5 anos	
Ativo				
Disponível	5	-	-	5
Equivalentes de caixa	12.957	-	-	12.957
Aplicações (*)	146.479	529.621	271.539	947.639
Créditos das operações com seguros e resseguros	574.399	-	-	574.399
Outros créditos operacionais	7.243	-	-	7.243
Títulos e créditos a receber (**)	50.353	-	-	50.353
Outros valores e bens	142.345	-	-	142.345
Despesas antecipadas	164	-	-	164
Custos de aquisição diferidos	104.346	1.206	-	105.552
Outros ativos	108	-	-	108
Total ativo	1.038.399	530.827	271.539	1.840.765
Passivo				
Provisões técnicas (*)(**)	1.158.544	88.686	47.645	1.294.875
Contas a pagar	164.728	10	-	164.738
Débitos das operações com seguros e resseguros	63.257	-	-	63.257
Depósitos de terceiros	26.745	-	-	26.745
Total passivo	1.413.274	88.696	47.645	1.549.615

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 85.250 (R\$ 61.901 em 2013) e R\$ 85.250 (R\$ 61.875 em 2013), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 492.294 em 2014 (R\$ 459.458 em 2013), e provisões judiciais de R\$ 423.835 (R\$ 398.791 em 2013), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 142.086 (R\$ 171.442 em 2013) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de caixa, as provisões de sinistros, foram considerando a experiência histórica observada do padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria de Administração, Finanças e Marketing e a BB-DTVM acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 2.304 (R\$ 4.624 em 2013). Em 31 de dezembro de 2014, as posições que mais contribuíram, em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis indexados a índices de preços. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: 1. taxa de juros e 2. cupons de juros indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 1.057.968 (R\$ 1.009.648 em 2013) de ativos financeiros, R\$ 443.243 (R\$ 416.550 em 2013) foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento". R\$ 85.250 (R\$ 61.901 em 2013) relativos à posição de DPVAT e R\$ 108 (R\$ 108 em 2013) relativos a outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 529.367 (R\$ 531.089 em 2013).

Fator de risco	2014		2013	
	Impacto no patrimônio líquido (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido (Bruto de impostos)
Taxa de juros	-	-	-	-
Taxa de juros	-	-	-	-
elevação de taxas	(1.123)	-	-	-
redução de taxas	1.260	-	-	-
Total	(1.123)	(1.123)	(1.123)	(1.123)

Parâmetros

A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Nos termos da Resolução CNSP nº 302/13 (revogada pela Resolução CNSP nº 316/14), as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao CMR. CMR é equivalente ou maior valor, entre o capital base e o capital de risco. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a risco de mercado a Companhia está operando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

	2014	2013
Patrimônio líquido	497.046	497.046
Participações societárias	(411)	(411)
Despesas antecipadas	(1.184)	(1.184)
Ativos intangíveis	(15.107)	(15.107)
Obras de arte	(1)	(1)
Patrimônio líquido ajustado (a)	480.343	480.343
Capital-base - CB	15.000	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito e operacional) (CR)	449.091	449.091
Capital de risco de subscrição	58.460	58.460
Capital de risco de crédito	(26.284)	(26.284)
Correlação entre capitais de subscrição e crédito	12.662	12.662
Capital de risco operacional	449.091	449.091
Capital mínimo requerido (b)	31.252	31.252
Suficiência de capital (c = a - b)	6.962	6.962
Suficiência de capital (d = c / b)	221,29%	221,29%

Abaixo é apresentado o cálculo do Índice de Liquidez da Companhia:

	2014	2013
Capital mínimo requerido (a)	449.091	449.091
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 302/13 - 20% sobre CMR	89.818	89.818
Ativos livres - Nota explicativa 21 - (b)	95.632	95.632
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2014 (b/a)	21,29%	21,29%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa e bancos	32.150	5
Equivalentes de Caixa (*)	12.458	12.957
Total	44.608	12.962

(*) Equivalentes de caixa é composto por fundos de investimentos não exclusivos de curto prazo, com vencimentos originais de até 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor e não vinculados como garantia das provisões técnicas.

6. APLICAÇÕES

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2014	2013
Valor justo por meio do resultado	373.845	373.845
Fundo de investimento	347.960	347.960
Letra do tesouro nacional (LTN)	146.496	146.496
Operação compromissada	4.591	4.591
Quotas de fundo DPVAT	85.250	85.250
Letras financeiras do tesouro (LFT)	24.463	24.463
Caixa/ajustes DI	(20)	(20)
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	0%	0%
Fundos não exclusivos	87.180	87.180
Carteira administrada	25.885	25.885
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	25.885	25.885
Disponíveis para venda	240.772	240.772
Carteira administrada	240.772	240.772
Debêntures	86.010	86.010
Letras financeiras (LF)	97.656	97.656
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	14.134	14.134
Notas promissórias	10.836	10.836
Certificado de depósito bancário (CDB)	4.744	4.744
Letra do tesouro nacional (LTN)	7.843	7.843
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	19.549	19.549
Mantidos até o vencimento	443.243	443.243
Fundo de investimento	443.243	443.243
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	369.683	369.683
Letra do tesouro nacional (LTN)	52.292	52.292
Notas do tesouro nacional (NTN - F)	21.268	21.268
Outras aplicações	108	108
Total	1.057.968	1.057.968

b) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	2013		2014	
	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos
Valor justo por meio do resultado	425.113	643.165	(732.653)	(6.685)
Fundo de investimento exclusivo	332.327	522.034	(711.112)	-
Quotas de fundo não exclusivo	-	87.000	-	180
Quotas de fundo DPVAT	61.901	34.131	(20.011)	9.229
Fundo de investimento em direitos creditórios	30.885	-	(1.530)	3.215
Disponível para venda	167.877	73.780	(22.833)	(555)
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	19.440	-	269
Letra do tesouro nacional (LTN)	-	7.725	-	245
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	15.253	-	(2.709)	1.597
Certificados de depósito bancário (CDB)	4.252	-	-	482
Debêntures	73.372	14.999	(11.204)	9.068
Letras financeiras	75.000	21.616	(8.920)	10.006
Notas promissórias	-	10.000	-	836
Mantidos até o vencimento	416.550	-	(20.959)	47.652
Fundo de investimento exclusivo	416.550	-	(20.959)	47.652
Outras aplicações	108	-	-	108
Total	1.009.648	716.945	(776.445)	(7.240)

Descrição	2012		2013	
	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos
Valor justo por meio do resultado	228.454	2.394.809	(2.200.472)	-
Quotas de fundos exclusivos	168.485	2.358.474	(2.190.327)	-
Quotas de fundo DPVAT	54.865	11.335	(8.659)	4.360
Fundo de investimento em direitos creditórios	5.104	25.000	(1.486)	2.267
Disponível para venda	140.681	128.023	(115.615)	(11)
Debêntures	17.159	55.255	(4.419)	5.388
Letra financeira (LF)	34.087	58.306	(23.782)	6.389
Certificado de depósito bancário - CDB	3.921	-	-	331
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	85.514	14.462	(87.450)	2.727
Mantidos até o vencimento	-	388.457	-	28.093

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2014	2013
Imposto de renda	900	557
Contribuição social	3.540	5.728
COFINS	487	375
PIS/PASEP	4.927	6.660
Total	9.854	13.320

17. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

O saldo apresentado em Corretores de seguros e resseguros no valor de R\$ 92.367 (R\$ 63.219 em 2013)

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2014		2013	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Provisões técnicas - Seguros	6.802	143.963	49.319	31.776
Saldo no início do exercício	906.409	325.515	89.045	31.776
Constituições	1.058.257	-	26.571	-
Diferimento pelo risco decorrido (884.611)	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	1.141.397	-	-
Pagamento de sinistros	-	(1.122.749)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	11.807	-	-
Atualização monetária e juros	-	2.133	-	-
Reversões	-	-	-	(6.572)
Saldo no final do exercício	1.080.055	358.103	115.616	25.204

	2014		2013	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Provisões técnicas - Seguros	6.802	143.963	49.319	31.776
Saldo no início do exercício	906.409	325.515	89.045	31.776
Constituições	899.821	-	39.726	-
Diferimento pelo risco decorrido (214)	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	1.119.792	-	-
Pagamento de sinistros	-	(1.104.678)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	166.438	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	(345)
Saldo no final do exercício	906.409	325.515	89.045	31.776

(*) Inclui o montante de R\$ 71.618 (R\$ 70.895 em 2013) referente à provisão de sinistros a liquidar judiciais, vide nota explicativa 22.

Custo de aquisição diferido

	2014	2013
Saldo no início do período	105.552	883
Constituições	116.069	112.334
Apropriações	(2.534)	(7.665)
Cancelamentos/reversões/baixas	(93.346)	-
Saldo no final do período	125.741	105.552

Montante estimado para os sinistros

	Ano de aviso do sinistro						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
No ano do aviso	1.779.256	655.832	774.546	1.036.176	1.113.437	411.949	1.144.118
Um ano após o aviso	1.806.151	689.652	815.258	1.074.963	1.146.295	636.326	1.154.558
Dois anos após o aviso	1.809.379	690.127	819.534	1.083.303	1.126.171	637.886	637.886
Três anos após o aviso	1.808.626	692.042	824.098	1.065.812	1.125.660	-	1.125.660
Quatro anos após o aviso	1.811.890	693.430	815.031	1.065.584	-	-	1.065.584
Cinco anos após o aviso	1.815.034	686.928	814.943	-	-	-	814.943
Seis anos após o aviso	1.795.204	686.823	-	-	-	-	686.823
Sete anos ou mais após o aviso	1.795.114	-	-	-	-	-	1.795.114
Estimativa de sinistros incorridos em 31/12/2014	1.795.114	686.823	814.943	1.065.584	1.125.660	637.886	1.154.558
Pagamentos efetuados até 31/12/2014	1.795.108	686.816	814.870	1.065.575	1.124.071	625.962	1.096.892
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	6	7	73	9	1.589	11.924	57.666
Provisão agregada de sinistros em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	-
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	-
Retrossociação	-	-	-	-	-	-	-
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	-

Montante de sinistros pagos

	Ano de aviso do sinistro						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
No ano do aviso	1.650.171	551.496	602.009	839.753	920.332	389.699	873.028
Um ano após o aviso	1.764.803	678.658	802.295	1.055.502	1.120.537	616.591	1.096.892
Dois anos após o aviso	1.774.253	682.090	810.400	1.064.272	1.123.251	625.962	625.962
Três anos após o aviso	1.783.314	685.121	814.458	1.065.456	1.124.071	-	1.124.071
Quatro anos após o aviso	1.790.688	686.647	814.870	1.065.575	-	-	1.065.575
Cinco anos após o aviso	1.794.801	686.795	814.870	-	-	-	814.870
Seis anos após o aviso	1.795.100	686.816	-	-	-	-	686.816
Sete anos ou mais após o aviso	1.795.108	-	-	-	-	-	1.795.108
Pagamentos efetuados até 31/12/2014	1.795.108	686.816	814.870	1.065.575	1.124.071	625.962	1.096.892

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2014	2013
Provisões técnicas	1.585.488	1.356.750
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	(59.649)	(47.455)
Direitos creditórios	(562.174)	(423.839)
Provisões retidas pelo IRB	(109)	(109)
DPVAT	(85.250)	(61.875)
Total a ser coberto	878.306	823.472
Quotas e fundos de investimentos	731.838	779.760
Títulos de renda fixa - públicos	27.392	-
Títulos de renda fixa - privados	213.380	167.877
Imóveis	1.328	1.473
Total de aplicações	973.938	949.110
Ativos livres	95.632	125.638

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

	2014			2013		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão
Provável	3.712	71.618	71.618	4.170	70.895	70.895
Total	3.712	71.618	71.618	4.170	70.895	70.895

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2014		2013	
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial
De 1998 a 2000	28	366	-	-
De 2001 a 2005	233	4.405	13	147
De 2006 a 2010	1.192	28.697	32	842
De 2011 a 2014	2.259	38.150	4.125	69.906
Total	3.712	71.618	4.170	70.895

O prazo médio para pagamento dos sinistros judiciais é de 387 dias.

c) Movimentação das provisões para ações judiciais

	2014
Saldo no início do exercício	70.895
Total pago no exercício	(18.083)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	6.250
Quantidade de ações pagas no exercício	922
Novas constituições no exercício	47.328
Quantidade de ações referentes as novas constituições no exercício	2.737
Baixa da provisão por êxito	(33.264)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(1.981)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	6.723
Saldo no final do exercício	71.618

23. PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais (*)	
	2014	2013	2014	2013
Fiscal	416.212	392.571	486.178	457.500
COFINS	348.661	326.908	407.837	380.291
IRPJ	39.021	38.184	42.815	40.334
CSLL	22.119	21.432	29.116	30.828
PIS	6.411	6.047	6.410	6.047
Trabalhista	5.638	4.671	269	556
Cível	1.985	1.549	-	-
Total	423.835	398.791	486.447	458.056

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R\$ 5.847 em 2014 (R\$ 1.402 em 2013). **PIS** - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 vigente até janeiro de 1999. A ação foi julgada procedente em primeira instância, o que foi reformado em segunda instância mediante provimento à Apelação Interposta pela União. Interposto Recurso Extraordinário, o qual restou parcialmente provido, apenas para determinar que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/88. Interposto Agravo, o qual aguarda julgamento. Entre novembro de 1998 e fevereiro de 1999 foram efetuados depósitos judiciais do tributo calculado e constituídas provisões de mesmo montante, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. A probabilidade de perda deste processo é "possível". Quanto ao PIS instituído pela Lei nº 9.718/98, vigente a partir de fevereiro de 1999, que ampliou o conceito de faturamento, abrangendo a totalidade das receitas das seguradoras, a Companhia possui decisões desfavoráveis em primeira e segunda instância. Atualmente os autos se encontram aguardando julgamento de Recurso Extraordinário. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda como "possível". Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de outubro de 2010 a Companhia passou a considerar somente as receitas de prêmios na base de cálculo da PIS, deixando de considerar as demais receitas (financeiras e não operacionais). O valor de PIS que deixou de ser recolhido a partir da revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 até dezembro de 2014 é de R\$ 4.864 (R\$ 3.453 até dezembro de 2013). Para este mérito a probabilidade de perda é "possível". **COFINS** - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS onde obteve decisão parcialmente favorável, lhe autorizando a recolher a COFINS utilizando como base de cálculo o faturamento, o que restou reformado em segunda instância para denegar na íntegra os pedidos da Companhia. Atualmente os autos se encontram pendentes de julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Entre maio 1999 e dezembro de 2013 a Companhia depositou judicialmente a COFINS mantendo provisão em igual valor, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. A partir de janeiro de 2014 a Companhia deixou de efetuar depósitos judiciais e passou a recolher o tributo. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de outubro de 2010 a Companhia passou a considerar somente as receitas de prêmios na base de cálculo da COFINS, deixando de considerar as demais receitas (financeiras e não operacionais). Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT/nº 2.773/2007, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como "possível", sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 76.099 (R\$ 67.911 em 31 de dezembro de 2013). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é "provável". **PIS e COFINS** - Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei nº 12.973/2014, a partir de 01 de janeiro de 2015, a administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que os prêmios de seguros são as únicas receitas que compõem o faturamento de uma

referir-se às comissões sobre prêmios emitidos pendentes e comissões a pagar a corretores.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2014
De 1 a 30 dias	41.285
De 31 a 60 dias	6.332
De 121 a 180 dias	20.700
De 181 a 365 dias	230
Superior a 365	1
Total	68.548

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

	Ano de aviso do sinistro						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
No ano do aviso	1.779.256	655.832	774.546	1.036.176	1.113.437	411.949	1.144.118
Um ano após o aviso	1.806.151	689.652	815.258	1.074.963	1.146.295	636.326	1.154.558
Dois anos após o aviso	1.809.379	690.127	819.534	1.083.303	1.126.171	637.886	637.886
Três anos após o aviso	1.808.626	692.042	824.098	1.065.812	1.125.660	-	1.125.660
Quatro anos após o aviso	1.811.890	693.430	815.031	1.065.584	-	-	1.065.584
Cinco anos após o aviso	1.815.034	686.928	814.943	-	-	-	814.943
Seis anos após o aviso	1.795.204	686.823	-	-	-	-	686.823
Sete anos ou mais após o aviso	1.795.114	-	-	-	-	-	1.795.114
Estimativa de sinistros incorridos em 31/12/2014	1.795.114	686.823	814.943	1.065.584	1.125.660	637.886	1.154.558
Pagamentos efetuados até 31/12/2014	1.795.108	686.816	814.870	1.065.575	1.124.071	625.962	1.096.892
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	6	7	73	9	1.589	11.924	57.666
Provisão agregada de sinistros em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	-
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	-
Retrossociação	-	-	-	-	-	-	-
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	-

seguradora. A fim de garantir a manutenção da base de cálculo do PIS e da COFINS, sob o entendimento de que as receitas financeiras não a compõem, a Companhia ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em agosto/2014. **IRPJ** - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e aos Acionistas da

Brasilveículos Companhia de Seguros

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Brasilveículos Companhia de Seguros (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e aos Acionistas da

Brasilveículos Companhia de Seguros

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilveículos Companhia de Seguros (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

DIRETORIA

Roberto Barroso Diretor Presidente	André Renato Viard Fortino Benedito Luiz Alves Dias Carlos Alberto Landim Cynthia Betti Rodrigues Qualharelo
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira Diretor Vice-Presidente	

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP183717/O-5

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.


Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Brasilveículos Companhia de Seguros.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Brasilveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CIBA 48	Joel Garcia Atuário - MIBA 1131
---	---

Anexo I	
Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes em 31 de dezembro de 2014	
(Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	1.500.238
Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)	85.250
Total de provisões técnicas	1.585.488
(*) Conforme Resolução CNSP 311/2014, § 1º a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da sociedade seguradora administradora dos consórcios.	
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas	
Provisões Técnicas (a)	1.500.238
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG (b)	59.649
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores (c)	-
Depósitos Judiciais Redutores (d)	-
Direitos Creditórios (e)	562.174
Provisões retidas pelo IRB (f)	109
Total a ser coberto (a -b -c -d -e -f)	878.306
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (b)	449.091
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	449.091
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	480.343
Exigência de Capital (CMR) (b)	449.091
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a - b)	31.252
Índice de Liquidez em relação ao Capital Mínimo Requerido (*)	21,29%
(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%	
5. Demonstrativo dos limites de retenção por ramos	
0929, 0542, 0531 e 0114	1.250
0525	1.800
0520	2.000
0553	3.600


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

 KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6	Érika Carvalho Ramos Contadora CRC 1SP224130/O-0
---	--

Gilberto Lourenço da Aparecida Jabis de Mendonça Alexandre Luiz Gustavo Braz Lage	Maurício Galian Raphael de Luca Junior Wady José Mourão Curly
--	--

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031